

Unicamp entrega lista de ajustes e vê condição para fim de greve

Reitoria entrega compromissos para encerrar impasse; estudantes analisam proposta

Por Moara Semeghini

A reitoria da Universidade Estadual de Campinas apresentou nesta quarta-feira (3) um conjunto de compromissos voltados à permanência estudantil, moradia, mobilidade e inclusão, após semanas de negociação com representantes do movimento estudantil. A universidade considera que as medidas representam uma resposta institucional aos principais pontos da pauta de reivindicações e avalia que o cenário atual cria condições para a superação da greve que afeta os campi desde maio.

Em comunicado à comunidade universitária, a reitoria reafirmou o compromisso com o diálogo e destacou que os encaminhamentos foram construídos ao longo das negociações realizadas nas últimas semanas. “A Unicamp reconhece a legitimidade da participação estudantil na construção da vida universitária e reafirma seu compromisso histórico com o diálogo, a

escuta e a negociação como instrumentos fundamentais para o aperfeiçoamento permanente de suas políticas institucionais”, afirmou a instituição.

Entre as medidas anunciadas está a realização de investimentos em moradia estudantil nos campi de Campinas e Limeira. A universidade também informou que será criado um grupo de trabalho para discutir alternativas de habitação estudantil em Limeira, uma das principais demandas apresentadas pelos estudantes durante o movimento.

Na área de permanência estudantil, a reitoria se comprometeu a aprofundar as discussões relacionadas às bolsas e aos auxílios oferecidos aos alunos. O tema está entre as reivindicações centrais dos estudantes, que defendem o fortalecimento das políticas de apoio financeiro para garantir condições de permanência na universidade. Outro eixo da proposta trata da mobilidade e da infraestrutura.



Após negociações, universidade anuncia medidas e aguarda decisão dos estudantes

Segundo a Unicamp, serão desenvolvidas ações para aprimorar o transporte estudantil e a circulação entre os diferentes campi da instituição. Também está prevista a ampliação de espaços destinados à convivência universitária, representação estudantil e atividades comunitárias, além da continuidade dos investimentos em acessibilidade e infraestrutura.

No campo do acolhimento e da inclusão, a universidade anunciou a ampliação das equipes de apoio psicossocial e o reforço das estruturas voltadas ao acolhimento de estudantes, ao enfrentamento de situações de violência e à promoção da diversidade. A proposta prevê ainda mecanismos de acompanhamento das políticas de inclusão, acessibilidade e permanência.

A reitoria também informou que serão criados grupos de trabalho para discutir o aperfeiçoamento de programas voltados ao acesso e à permanência estudantil, como o Programa de Formação Inter-

disciplinar Superior (ProFIS) e o Programa Formativo Intercultural para Ingressantes pelo Vestibular Indígena (ProFIIVI). A universidade promete avançar nas discussões sobre representação estudantil e participação dos alunos no acompanhamento das políticas de permanência.

A greve estudantil teve início de forma escalonada em maio e ganhou adesão de cursos dos diferentes campi da universidade. O movimento reivindica melhorias nas políticas de permanência estudantil, ampliação das bolsas, aperfeiçoamento do transporte interno, fortalecimento dos serviços de saúde mental, ampliação de estruturas de acolhimento e outras medidas voltadas às condições de estudo e permanência dos alunos.

Apesar da avaliação positiva da universidade, o movimento estudantil ainda não definiu se encerrará a paralisação. Em publicação nas redes sociais após a rodada de negociações, o Diretório Central dos

Estudantes (DCE) afirmou que a reunião resultou em “importantes avanços” para as pautas apresentadas durante a greve. Em publicação nas redes, a entidade afirmou que uma assembleia geral está prevista para a próxima semana, quando o movimento deverá avaliar os compromissos assumidos pela reitoria e definir os rumos da paralisação.

Segundo o DCE, os encaminhamentos obtidos são resultado da mobilização de estudantes, trabalhadores e docentes ao longo das últimas semanas. “Foi uma reunião vitoriosa, fruto da mobilização e da pressão construída coletivamente por estudantes, trabalhadores e docentes. Mas a luta não termina aqui. Precisamos permanecer mobilizados para garantir que todos os encaminhamentos sejam efetivados e que nossas reivindicações saiam do papel”, afirmou o DCE. Os estudantes devem discutir a proposta em assembleia nos próximos dias, quando decidirão os rumos da paralisação.

Servidores rejeitam reajuste de 4,39% e campanha salarial segue em negociação

Por Moara Semeghini

Os servidores municipais de Campinas rejeitaram a proposta de reajuste salarial de 4,39% apresentada pela Prefeitura durante a campanha salarial de 2026. A decisão foi tomada em assembleia realizada na terça-feira (2), após a segunda rodada de negociações entre representantes da Administração Municipal e da categoria.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas (STMC), a proposta foi considerada insuficiente pelos servidores. A categoria reivindica reajuste de 15% nos salários e a aplicação do mesmo índice no vale-alimentação, que passaria dos atuais R\$ 2.000,11 para R\$ 2.300,13. Apesar da rejeição, as negociações continuam.

Prefeitura

A Prefeitura informou que manteve a proposta de 4,39% de reajuste nos salários e no vale-alimentação durante a segunda reunião da campanha salarial, realizada no último dia 2 de junho. De acordo com a Administração, o percentual corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no período. “A negociação permanece e a próxima reunião está agendada para o dia 11 de junho”, informou a Prefeitura em nota.

A proposta do governo municipal prevê a aplicação do reajuste aos salários dos servidores ativos, além de aposentadorias, pensões e benefícios. Quando apresentada pela primeira vez, em maio, a Prefeitura informou que o vale-alimentação passaria para R\$



Os servidores de Campinas rejeitaram a proposta de reajuste

2.087,91 e o vale-nutricional dos aposentados e pensionistas para R\$ 365,36. Na ocasião da primeira rodada de negociações, realizada em 27 de maio, o vice-prefeito Wanderley de Almeida afirmou

que a Administração discutiu 23 itens da pauta de reivindicações apresentada pelo sindicato.

“Essa foi a primeira reunião da campanha salarial deste ano. Nós debatemos 23 itens da pauta de ne-

gociações, com avanços em alguns pontos. Como nos anos anteriores, vamos esgotar todas as possibilidades dentro da legalidade e da nossa capacidade financeira”, declarou.

Para o sindicato, no entanto, a proposta não contempla as expectativas da categoria. No comunicado divulgado após a assembleia, a entidade afirmou que não houve avanços significativos nas negociações até o momento e defendeu a necessidade de valorização dos servidores públicos municipais. A campanha salarial reúne reivindicações relacionadas à remuneração e às condições de trabalho dos servidores. O resultado da próxima rodada de negociações, marcada para 11 de junho, deve indicar se haverá avanço nas tratativas ou a manutenção do impasse entre a Prefeitura e a categoria.